

**PASSIVOS CONTINGENTES: UM ESTUDO NAS MAIORES COMPANHIAS  
ABERTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRAZIL**

*Anastácia Rosa Portella*  
*Monique Cristiane de Oliveira*  
*Thayse Moraes Elias*  
*Joisse Antonio Lorandi*

*Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*

**RESUMO:**

O passivo contingente vem ganhando destaque nas notas explicativas das empresas por se tratar de uma projeção de possíveis saídas de caixa (não precisas), pois dependem de eventos futuros para seu reconhecimento. Como as notas explicativas possuem qualidade preditiva, característica não evidenciada pelas demais demonstrações contábeis, permitem aos usuários das informações utilizarem de seu conteúdo para a tomada de decisão. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é abordar a caracterização, contabilização e divulgação dos passivos contingentes e provisão para contingências nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto de Santa Catarina, Brasil, no exercício findo de 2013. A pesquisa tem abordagem qualitativa, uma vez que procura descrever e interpretar os componentes do objeto de pesquisa, ou seja, a caracterização do passivo contingente nas empresas de capital aberto de Santa Catarina. Com relação aos resultados, as 13 empresas da amostra apresentam provisões para contingências, sendo um total de 36 contingências identificadas e classificadas em cinco tipos de provisões, estas companhias mencionam, em notas explicativas, como são constituídas tais provisões. Quanto aos passivos apenas uma companhia não possui contingências desta natureza e, portanto, não menciona sobre o assunto em notas explicativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Demonstrações Contábeis; Passivo Contingente; Provisões para Contingências Passivas; Notas Explicativas; Santa Catarina.

**ABSTRACT**

The contingent liability has been gaining attention in the explanatory notes of companies because it is a projection of possible cash outflows (not accurate), because they depend on future events for their recognition. As the explanatory notes have predictive quality, feature not evidenced by other financial statements, it allows users to use the information of its contents into the decision-making. Given the above, the objective of this study is to address the characterization, accounting and disclosure of contingent liabilities and provision for contingencies in the financial statements of publicly traded companies in Santa Catarina, Brazil, in the year ended 2013. The research has a qualitative approach, as it seeks to describe and interpret the components of the research object, in other words, the characterization of contingent liabilities in public companies of Santa Catarina. Regarding the results, the 13 companies in the sample have provisions for contingencies, with a total of 36 identified contingencies and classified into five types of provisions, these companies mention, in the explanatory notes, how provisions are constituted. As for liabilities, only one company has no contingencies of this nature and, therefore, does not mention about it in the notes.

**KEY WORDS:** Financial Statements; Contingent Liabilities; Provisions for Contingencies; Notes; Santa Catarina, Brazil.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Contabilidade é instrumento de suma importância para a tomada de decisão empresarial, portanto, deve representar em todo o seu arcabouço a verdadeira situação da organização. Para que se possa analisar a situação passada da empresa, além de fazer projeções futuras da sua situação financeira e econômica, é necessário levar em conta também informações fornecidas nas notas explicativas que, fazem parte das demonstrações contábeis, mas, muitas vezes são esquecidas quando da leitura das outras demonstrações.

Nesse sentido, após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, as notas explicativas passaram a ter um papel importante no processo de evidenciação, uma vez que, quando a contabilidade priorizar a essência sobre a forma, está subentendido que haverá maior subjetividade, que pode ser amenizada por uma melhor descrição dos processos contábeis adotados.

As notas explicativas trazem suporte à interpretação das mesmas bem como ajudam a entender o posicionamento da empresa para exercícios futuros. Ou seja, como a empresa vem se planejando para atuar no mercado e também o quão prudente são suas operações para servir de suporte aos usuários no exame da real situação da empresa.

Dentro desta perspectiva surge o passivo contingente, que vem ganhando destaque nas notas explicativas das empresas por se tratar de uma projeção de possíveis saídas de caixa, não precisas, visto que dependem de eventos futuros para seu reconhecimento. A qualidade preditiva das notas explicativas, portanto, não é evidenciada nas outras demonstrações contábeis, permitindo que o usuário utilize dessa informação para tomar sua decisão. De acordo com Marion (2009) a contabilidade adiciona às outras demonstrações informações complementares para o enriquecimento dos relatórios e evitar que eles se tornem enganosos.

O tratamento do passivo contingente vem cada vez mais sendo estudado, por se tratar de um passivo no qual sua ocorrência depende de uma contingência futura. De acordo com Hendriksen & Van Breda (1999) uma obrigação é reconhecida quando corresponde a uma definição de passivo, mensurável, relevante e precisa. Por sua vez um passivo contingente trata-se de apenas uma possibilidade de ocorrência, pois sua existência só poderá ser confirmada através de eventos que estão por vir, diferente de uma provisão, uma vez que esta é evidenciada a partir de um evento que já é uma obrigação presente e provável.

Dentro deste cenário surge o objetivo deste estudo: abordar a caracterização, contabilização e divulgação dos passivos contingentes e provisão para contingências nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto de Santa Catarina, Brasil, no exercício findo de 2013.

Para o alcance do objetivo, o estudo se reportará ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (referente às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37), que servirá de base para as recomendações quanto aos itens de divulgação referente a provisões e passivos contingentes. Este estudo justifica-se, pois procura apresentar como os passivos contingentes vêm sendo abordados nas notas explicativas de companhias diversificadas, como também proporcionará que seja possível identificar o tratamento contábil para tais passivos.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Evidenciação por meio das Notas Explicativas**

A contabilidade tem como característica a projeção de informações relevantes e completas. Por isso, a evidenciação de informações que completem as demonstrações contábeis é importante para a

adequada tomada de decisão. De acordo com Marion (2009, p.516) *essas evidenciações devem ser destacadas para auxiliar o usuário das Demonstrações Financeiras a entendê-las melhor. Visam apresentar esclarecimentos necessários aos usuários.*

A contabilidade deve expressar a situação econômico-financeira e patrimonial de uma empresa com base nas informações advindas dos registros contábeis, sejam elas emitidas através das demonstrações contábeis exigidas pela Lei N° 6.404/76 ou demais relatórios emitidos pelos contabilistas com o intuito de auxiliar a interpretação e fidedignidade das demonstrações. De acordo com Iudícibus, Martins & Gelbecke (2010, p.593), *um dos grandes desafios da Contabilidade, relativamente à evidenciação, tem sido o dimensionamento da qualidade e da quantidade de informações que atendem às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis.*

A partir desse esforço para evidenciação, surgem as notas explicativas. De acordo com o NBC TG 26 (2009), que reporta à IAS 1, além de adicionar informações sobre a apresentação das demonstrações, *as notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.*

Hendriksen & Van Breda (1999) argumentam que a divulgação dos eventos relacionados às provisões e passivos contingentes é primordial para possibilitar aos usuários a interpretação e incorporação nos modelos de avaliação e predição. Linsmeier & Boatsman (1998) enfatiza que a evidenciação sobre provisões e contingências enriquecem as informações disponibilizadas aos usuários das demonstrações financeiras, de modo que diminuem a incerteza relacionada a estes fatos.

Prado (2014) enfatiza a importância da divulgação de contingências para o mercado no qual as empresas se inserem, argumentando que a evidenciação demonstra a forma como as empresas lidam com seus riscos potenciais relacionados aos seus negócios. O autor ainda destaca que informações desta natureza são importantes para os modelos de avaliação das empresas, uma vez que podem fornecer ao usuário condições de decidir a respeito das relações com a empresa, se adequadamente detalhadas.

Suave, Codesso, Pinto, Vicente & Lunkes (2013) destacam que a divulgação das contingências exerce influência sobre decisões de investimentos por evidenciar situações adversas e riscos a que a empresa está sujeita. Conforme Ross (1997) os investidores baseiam suas decisões sobre investimentos em informações emitidas pelas empresas. Jensen & Meckling (1976) alertam que as contingências ou riscos potenciais das empresas devem ser transmitidos ao mercado, pois esta comunicação é o meio pelo qual a empresa reduz a assimetria informacional.

## **2.2. Passivo Contingente**

O passivo trata-se de uma obrigação para com terceiros, que deve ter reconhecida sua posição financeira e evidenciação no Balanço Patrimonial. De acordo com a Lei N° 6.404/76 passivo representa *as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.*

De acordo com a CVM n° 594, CPC 25 *passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.*

Para Hendriksen & Breda (1999) o momento da ocorrência do reconhecimento de um passivo é bastante definido, porque habitualmente é resultado de um contrato em que o valor e data de

pagamento são previamente estipulados, a não ser que o valor a ser pago seja em função de faturamento bruto ou bens arrendados.

Partindo do conceito de passivo, surge o passivo contingente que emerge com a IAS 37 (*International Accounting Standards*), e vem sendo discutido desde a emissão do Pronunciamento Técnico 25 (CPC 25) – Provisão e Passivo e Ativo Contingente. De acordo com Kieso, Weygandt & Warfield (2012) as empresas estão muitas vezes envolvidas em situações em que existe incerteza sobre a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos para liquidar a obrigações incertas. Devido essa circunstancia, para Iudícibus, Martins & Gelbecke (2010 p. 336) *o passivo contingente caracteriza-se por uma saída de recursos possível, mas não provável. A entidade não reconhece um passivo contingente, sendo necessária apenas a sua divulgação em notas explicativas.*

Por se tratar de uma prática recente no Brasil, há diversas dificuldades quanto à diferenciação ente uma contingência e uma provisão. De acordo com o CPC 25 (Deliberação CVM nº 594) em função das incertezas quanto ao prazo e valor, todas as provisões são contingentes, mas o CPC 25 adota o termo contingente para aqueles passivos e ativos que não são reconhecidos, pois sua existência só será confirmada pela ocorrência, ou não, de eventos futuros incertos que não se encontram sob controle da entidade.

A promulgação do CPC 25 tem como objetivo aludir aos conceitos e práticas sobre passivos com o grau de incerteza diferenciado e sobre a classificação e reconhecimento dos mesmos. O Quadro 1 tem como propósito auxiliar a distinção de provisão e passivos contingentes.

*Quadro 1: Distinção entre Provisões e Passivos Contingentes de acordo com o CPC 25*

	<b>Provisão</b>	<b>Passivo Contingente</b>
<b>Distinção</b>	Que <b>são reconhecidas como passivo</b> (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.	Que <b>não são reconhecidos como passivo</b> porque são: obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.
<b>Reconhecimento</b>	Uma provisão <b>deve ser reconhecida quando:</b> a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.	A entidade <b>não deve reconhecer um passivo contingente.</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Passivo Contingente</b>
<b>Divulgação</b>	<b>Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar:</b> o valor contábil no início e no fim do período; provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes. A entidade deve divulgar, para cada classe de provisão: uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos; uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros; e o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.	A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável: a estimativa do seu efeito financeiro; a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e a possibilidade de qualquer reembolso.

Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com a Deliberação CVM nº 594, CPC 25.

Como o auxílio do Quadro 1 fora possível fazer inferências sobre as principais diferenças entre distinção, reconhecimento e divulgação de uma provisão e um passivo contingente. Pode-se inferir que *passivos contingentes dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para confirmar ou o valor a pagar, o beneficiário, a data de pagamento, ou ainda sua existência.* (Kieso, Weygandt & Warfield, 2012, p. 736).

Passivos contingentes são possíveis perdas. Ainda de acordo com Kieso, Weygandt & Warfield (2012) o FASB usa o termo provável, razoavelmente possível e remoto para identificar três diferentes tipos de passivos que devem ser evidenciados de formas distintas. Nessa mesma linha, o Quadro 2 apresenta tais conceitos e seu tratamento contábil, de acordo com Iudícibus, Martins & Gelbecke (2010).

*Quadro 2: Tratamento Contábil entre Provisão e Passivo Contingente*

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento Contábil
Obrigação presente e provável	- Mensurável por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e é divulgada em notas explicativas
	- Não mensurável por inexistência de estimativa confiável	Divulgação em notas explicativas.
Possível (mais provável que não tenha saída de recursos do que sim)		Divulgação em notas explicativas.
Remota		Não divulga em notas explicativas.

Fonte: Iudícibus, Martins & Gelbecke (2010).

Assim, o enfoque deste estudo está em identificar as obrigações das empresas e como elas destacam em notas explicativas os passivos contingentes que, diferentemente das provisões, são obrigações já presentes, enquanto as contingências passivas se tratam de possíveis saídas de caixa ainda não confirmadas.

### 2.3. Estudos Anteriores

O Quadro 3 apresenta a síntese dos estudos anteriores a respeito do tema.

*Quadro 3: Síntese dos estudos anteriores*

Farias (2006)	Verificou a adequação das informações divulgadas pelas 50 melhores e maiores empresas do setor químico e petroquímico sediadas no Brasil com relação ao estabelecido nas normas, de 1999 a 2003. Concluiu que a quantidade de empresas que divulgam o passivo contingente em seus balanço é significativo, bem como verificou que as empresas divulgaram menos da metade do que as normas determinam e que a informação mais precária é sobre os critérios de mensuração. Com relação aos tipos de contingências verificou que as decorrentes de questões trabalhistas e tributárias são as mais recorrentes e as contingências relacionadas questões ambientais são as menos encontradas. Além disso, menciona que não são todas as empresas que fazem notas explicativas sobre os passivos contingentes.
Oliveira (2007)	Examinou as empresas portuguesas no sentido de verificar se atendem aos requisitos da norma IAS 37. As análises foram embasadas em um questionário feito às 500 maiores empresas portuguesas, a respeito de como trataram, em 2000, os fatos que originaram provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Encontraram resultados que indicam que a IAS 37 não é cumprida, principalmente devido à falta de observância aos critérios de reconhecimento da norma e aos procedimentos de divulgação.
Caetano, Silva, Biesdorf & Leal (2010)	Buscaram identificar a adequação das empresas de capital aberto do segmento de Papel e Celulose, que reconheceram passivo contingente no período de 2005 a 2008, quanto às normas mínimas de evidenciação de passivos contingentes sugeridas pelos órgãos normativos nacionais. Os passivos contingentes de natureza trabalhista e tributária foram os mais evidenciados. Verificaram também o não atendimento a alguns itens da norma pertinente como falta de divulgação dos critérios de mensuração e avaliação; a não identificação da probabilidade de ocorrência das contingências; e a não evidenciação dos valores constituídos baixados e revertidos em algumas empresas. Os autores concluíram que o grau de divulgação dos passivos contingentes foi insuficiente para atender as orientações dadas pelas normas contábeis.

Fonteles, Do Nascimento, Ponte & Rebouças (2013)	Analisaram a adoção do CPC 25 por 308 companhias listadas na BM&FBovespa, de modo que verificaram quais os determinantes da evidência de provisões e contingências por essas companhias, com base nas notas explicativas das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2010. Verificaram que as provisões mais frequentes são as decorrentes de demandas judiciais, trabalhistas e tributárias. Com base nos achados, os autores concluem não haver aderência das demonstrações contábeis das companhias às orientações do CPC 25 e atentam para uma maior atuação dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mas sugerem que este fato pode estar relacionado ao curto tempo de ajustes dos procedimentos contábeis.
Da Costa (2013)	Buscou identificar e analisar as características dos passivos contingentes de 102 empresas que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) com base nos demonstrativos financeiros de 2010. Dentre os resultados obtidos verificou que a América Latina apresenta maior proporção de passivos contingentes que a Europa ou Ásia e Pacífico, devido à significativa influência das decorrentes de questões tributárias das empresas brasileiras. Além disso, as empresas brasileiras tendem a apresentar mais contingências que as demais analisadas e a maioria delas são tributárias.
Suave, Codesso, Pinto, Vicente & Lunkes (2013)	Verificaram o nível de adequação das empresas mais negociadas da BM&FBovespa com relação às orientações de divulgação de passivos contingentes do CPC 25. As análises foram feitas por meio das notas explicativas referente ao exercício de 2011. Encontraram que as empresas apresentam principalmente processos judiciais atrelados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, e menor evidência de contingências ambientais. Além disso, verificaram maior atendimento do CPC quanto à descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Com base nos achados, os autores puderam concluir que há carência na qualidade e demonstração da realidade de informações apresentadas por muitas empresas.
Da Silva, Carraro & Da Silva (2014)	Analisaram o cumprimento de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes conforme estabelece a NBT TG 25 e o CPC 25 e outras normas, de empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia listadas no Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa. Para as análises utilizaram as demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios da administração referente ao exercício de 2011. Encontraram que os passivos contingentes são mais representativos do que as provisões. Além disso, detectaram utilização inadequada do termo provisão e adoção de práticas contábeis antigas quanto aos critérios de reconhecimento e mensuração. Por fim, os autores concluem que as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação estabelecidas pelo CPC 25 e demais normas, não são cumpridas inteiramente pelas empresas analisadas.
Prado (2014)	Analisou o comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. As análises foram realizadas com base nas notas explicativas das empresas. Os autores detectaram uma evolução das informações divulgadas durante o período analisado (2002, 2006, 2010 e 2012) no que concerne ao comportamento das informações sobre riscos potenciais, de modo que passaram a emitir relatórios mais detalhados que possibilitam aos usuários das informações contábeis maior conhecimento sobre os riscos das companhias.
Marques (2015)	Analisou a conformidade das demonstrações financeiras consolidadas de 13 empresas cotadas no índice bolsista PSI 20, com base nos requisitos de divulgação da norma IAS 37. As análises abrangeram os períodos 2005 e 2013. Com relação aos requisitos de divulgação das provisões encontraram um nível aproximado de aderência de 64,8% em 2005 e 80,9% em 2013. Para os passivos contingentes o nível encontrado foi de 83% em 2005 e 96% em 2013.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2015).

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa tem abordagem qualitativa, uma vez que procura descrever e interpretar os componentes do objeto de pesquisa, ou seja, a caracterização do passivo contingente nas empresas de capital aberto de Santa Catarina. A amostra foi formulada a partir das empresas listadas no *ranking* da Revista Amanhã (2013) que elenca as 100 maiores empresas do estado de Santa Catarina referentes ao ano 2012.

A partir da amostra inicial, optou-se por reduzi-la somente a aquelas empresas que tivessem seu capital social negociado na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa. Esta opção é justificada pela necessidade destas empresas terem a obrigatoriedade de publicar, anualmente, suas demonstrações contábeis, facilitando o acesso aos dados selecionados, visto que as empresas brasileiras de capital fechado raramente publicam tais informações.

Com esta nova seleção restaram 13 companhias de capital aberto negociadas na bolsa que compõe a amostra final e que será analisada nesta pesquisa. No Quadro 4 é apresentada a amostra final das empresas do alcance desse estudo.

*Quadro 4: Empresas que compõem a amostra final do estudo.*

<b>Posição</b>	<b>Empresa</b>	<b>Setor</b>
1	BRF Brasil Foods	Alimentos e Bebidas
3	Tractebel Energia e Controladas	Energia
4	Grupo Weg	Máquina e Equipamentos
5	Celesc e Controladas	Energia
9	Tupy S/A e Controladas	Metalurgia
10	Cia Hering	Têxtil e Confecções
12	Casan - Cia Cat. Águas e San.	Serviços Públicos
19	Schulz e Controlada	Máquinas e Equipamentos
21	Cremer S/A e Contr.	Saúde
23	Grupo Portobello	Material de Construção
28	Döhler e Controlada	Têxtil e Confecções
52	Karsten e Controladas	Têxtil e Confecções
80	ElectroAçocAltona S/A	Metalurgia

Fonte: Elaborada pelos autores (2014)

O estudo em questão trata-se de uma pesquisa documental na área de ciências sociais aplicadas, vez que se utiliza de dados primários compilados pelos os autores e ainda não estudados. De acordo com Cervo, Bervian & Silva (2007, p.50) *A coleta de dados ocorre após a escolha e a delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e das hipóteses.* Os dados primários foram coletados nas notas explicativas, buscando as inferências dadas pelas empresas a cerca dos passivos contingentes. Por sua vez as notas explicativas foram coletadas a partir do acesso da página eletrônica da BM&FBovespa, procurando-se especificamente as notas explicativas das companhias da amostra final do exercício de 2013.

Em um primeiro momento os dados coletados sobre as provisões foram classificados por natureza de provisão, quais delas tinham o motivo de sua instituição declarado. Também foram agrupados os valores de provisões por companhia bem como os grupos, na Demonstração do Resultado do Exercício, onde estas provisões foram registradas.

Quando da coleta de dados dos passivos contingentes, estes também foram classificados por natureza de passivo, foram separados por ordem decrescente de valor por empresa e a quantidade de empresas que apresentaram tal item.

Por último, fez-se uma análise dos itens de divulgação 84, 85 e 86 do CPC 25, conforme o Quadro 5.

*Quadro 5 - Informações qualitativas de divulgação de Passivos Contingentes e Provisões para Contingências, conforme o CPC 25*

<b>ITEM 84</b>
<b>Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar:</b>
(a) o valor contábil no início e no fim do período;
(b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
(c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
(d) valores não utilizados revertidos durante o período;
(e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
<b>ITEM 85</b>
<b>A entidade deve divulgar, para cada classe de provisão:</b>
a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
(b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas;
(c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado;
<b>ITEM 86</b>
A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:
(a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;
(b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída;
(c) a possibilidade de qualquer reembolso;

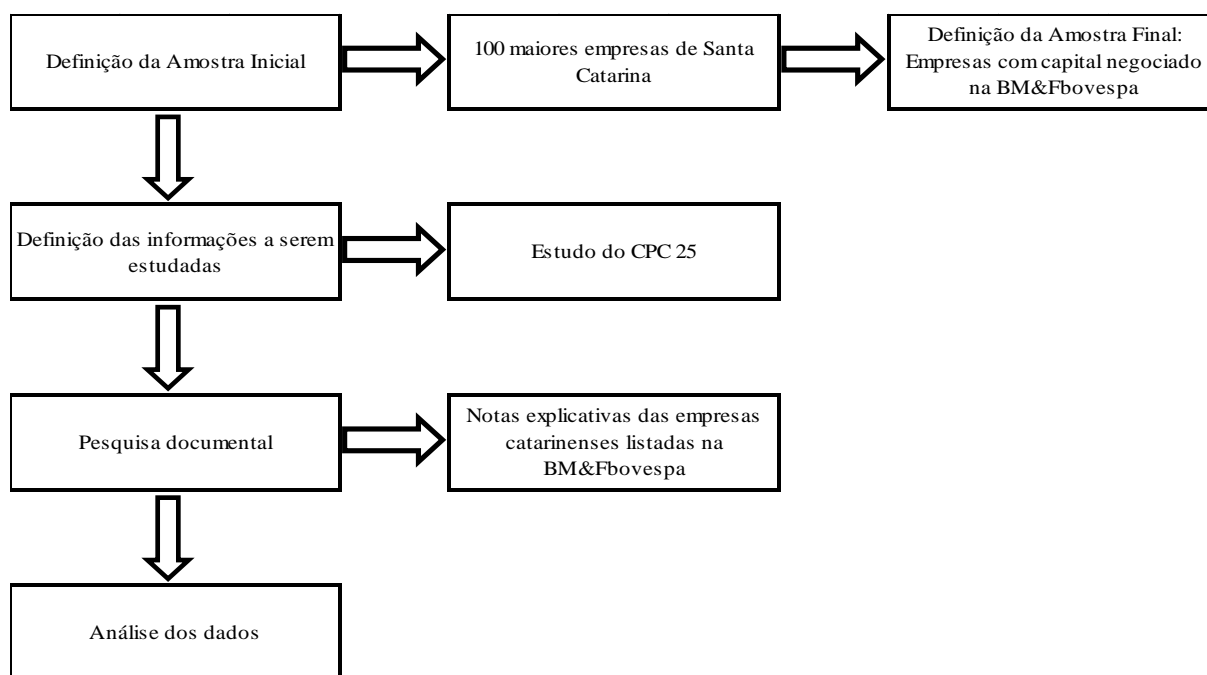
Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com a Deliberação CVM nº 594, CPC 25.

Para o preenchimento do Quadro 5, que será dividido por itens quando da análise dos resultados, adotar-se-á as seguintes siglas: A (apresenta), quando a empresa evidenciar integralmente as exigências do item de divulgação; NA (não apresenta), quando a companhia não evidencia, em notas, o que é exigido pelo CPC; NM (não menciona), quando a entidade não mencionar nada a respeito do que o item exigir; e, P (parcialmente), quando não for divulgada a exigência de forma integral. Ressalta-se que os resultados repassados serão divulgados pelo número total de empresas e não a relação individual, de forma a facilitar o entendimento.

A Figura 1 sintetiza as etapas metodológicas aplicadas nesta pesquisa.



Figura 1: Síntese da metodologia aplicada



Fonte: Adaptado de Prado (2014).

Desta forma, a pesquisa foi dividida em quatro partes, sendo a primeira delas a pesquisa teórica para a elaboração do referencial teórico com conceitos e termos referentes ao tema. A segunda etapa consistiu na coleta e tabulação dos dados. Por sua vez, a terceira etapa consiste na análise dos dados obtidos e, por fim, a última etapa nas considerações feitas a partir dos dados analisados.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta e tabulação dos dados, foram diversos os resultados obtidos a respeito das provisões e passivos contingentes das 13 empresas sob análise do estudo.

##### 4.1. Provisões para Contingências

Dentre o conteúdo apresentado em notas explicativas e demonstrações contábeis, que aqui foram analisados, foi possível identificar que todas as companhias apresentaram provisões para contingências. Durante o exercício social de 2013, as 13 companhias apresentaram movimentações nas contas de provisões para contingências, demonstrando que durante o exercício de suas atividades econômicas, ocorreram situações que necessitaram provisionamento, por ser de provável ocorrência e possível mensuração.

Ao todo, foram encontradas 36 provisões para contingências, dispersas nas cinco categorias demonstradas no Gráfico 1, o que gera uma média de aproximadamente três provisões por entidade.

Gráfico 1: Classificação das Provisões para Contingências



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Conforme apresentado no Gráfico 1, as provisões trabalhistas e/ou previdenciárias foram mais vezes evidenciadas pelas empresas durante o exercício social de 2013. Algumas empresas apresentaram como título para esta conta apenas como trabalhistas e outras como previdenciárias, sendo assim, optando-se pela união das duas para possibilitar melhor visualização dos resultados. Todas as empresas da amostra final apresentaram provisões trabalhistas e/ou previdenciárias. As provisões fiscais/tributárias e as cíveis foram às outras duas mais evidenciadas, sendo a primeira com 11 menções e a segunda com 10. Os outros dois tipos apareceram apenas uma vez cada dentro de todos os dados obtidos.

Embora os itens do CPC 25 não exijam, explicitamente, as empresas que compõe a amostra deste estudo explicam, em notas explicativas, como ou porque realizaram o procedimento de constituição destas. Embora algumas entidades comentem o processo de forma sucinta, outras procuram detalhar um pouco mais, como é o caso da Portobello S.A. e da Tractebel S.A.. Com relação aos motivos para a constituição destas provisões, como é possível ver na Tabela 1, nem todas as entidades definem em suas notas explicativas os motivos pelo qual houve a constituição.

Tabela 1: Quantidade de provisões que tem o motivo para sua constituição declarado

Motivos para Constituição	Quantidade
Define	31
Não Define	5
<b>Total</b>	<b>36</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

Como é possível observar, dos 36 tipos de provisões identificados, e classificados conforme o Gráfico 1, apenas cinco não tem sua constituição mencionada nas notas explicativas das entidades, isto representa um percentual próximo de 17% de não evidenciação. Salienta-se que das 31 provisões com as causas definidas em notas, boa parte delas seguem os mesmos motivos.

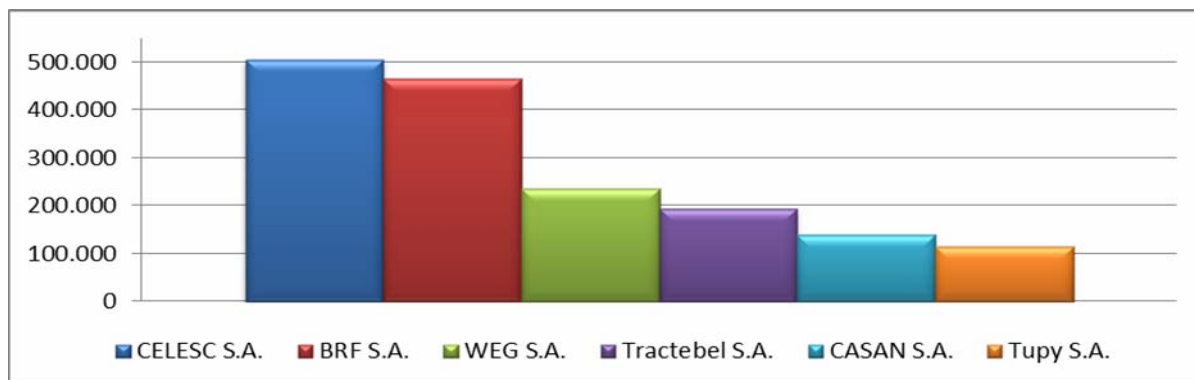
A respeito das provisões regulatórias, foi evidenciada pela CELESC S.A. e refere-se, de forma abrangente, a alguns processos que a companhia responde devido à autuação da ANEEL, órgão regulador do setor elétrico, o qual a entidade citada pertence. São processos relacionados à violação de alguns itens de qualidade no atendimento dos consumidores, bem como outras matérias.

Em sua maioria, as provisões relativas às causas trabalhistas referem-se aos processos movidos por empregados, ex-empregados das companhias, bem como provenientes dos sindicatos

representantes de classe e versam sobre questões de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de insalubridade e temas voltados ao FGTS. Por outro lado, as questões referentes às provisões fiscais/tributárias, envolvem em sua maioria, tributos como ICMS, PIS, COFINS, IPTU, CSLL, além de INSS, IRPJ, PIS e outros assuntos.

A respeito dos valores evidenciados em notas explicativas e balanço patrimonial, são os apresentados no Gráfico 2.

*Gráfico 2: Valores apresentados como provisões para contingências, em R\$ mil*



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Dentre as 13 empresas, as seis listadas no Gráfico 2 são as de maior relevância em relação total, em reais, pois representam, juntas, 95% do total das provisões. Como o gráfico permite visualizar, a CELESC S.A. é a maior detentora de provisões para contingências, ultrapassando os R\$ 500 milhões de reais em provisionamento. A companhia que conta com quatro tipos de provisões (cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias), tem a maior parte do valor destinado às provisões da área cível, com um valor aproximado de R\$ 300 milhões.

Com relação à BRF S.A., segunda maior detentora de provisões, com um valor próximo dos R\$ 470 milhões, onde a maior demanda refere-se às causas trabalhistas e/ou previdenciárias. Estas duas empresas, juntas respondem por 59% do total provisionado pelas seis empresas elencadas no gráfico, que, em relação aos totais apresentados pelas 13 entidades da amostra, representa 56%. Isto demonstra qual a influência destas duas companhias no total de provisões constituídas.

Já as outras quatro empresas discriminadas no Gráfico 2 apresentam valores inferiores a R\$ 300 milhões, a CASAN S.A., a Tupy S.A. e a Tractebel S.A. têm maiores valores provisionados às causas cíveis, enquanto a WEG S.A. às causas fiscais/tributárias. Em relação às entidades discriminadas no Gráfico 2, representam 41% do total provisionado por elas. E, se comparado ao total de provisões das 13 entidades, representam 44%.

Quanto às formas de apresentação na Demonstração do Resultado do Exercício, buscou-se analisar como estão sendo evidenciadas as provisões objeto de estudo desta pesquisa nesta demonstração e, conforme o Gráfico 3, existe pelo menos cinco contas diferentes nas quais são inseridas as despesas reconhecidas como provisões.

Gráfico 3 - Evidenciação na Demonstração do Resultado do Exercício



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Conforme o Gráfico 3 é possível notar que grande parte das provisões consta em “Outras Despesas Operacionais Líquidas”, ou seja, dez das 36 provisões encontradas. De maneira análoga, quatro provisões se inserem em “Outras Despesas Operacionais”. Algumas das provisões encontradas constam na conta de “Custos e Despesas Operacionais” sendo que são quatro das 36 provisões, o que representa uma situação particular. Na conta de “Outras Receitas e Despesas” constam três provisões e, da mesma forma, na conta de “Reversão (constituição) de provisões Operacionais” apresentam-se três das 36 provisões. Dessa forma, se pode inferir que a maioria das empresas classificam as provisões em contas que se referem às operações.

De modo significativo, para 12 provisões não se encontrou a classificação da conta na DRE em que estão inseridas tais despesas. Vale ressaltar que, embora se tenha classificado como “Não evidencia”, não se pode inferir que as provisões não constam na referida demonstração, mas, por meio das informações divulgadas em Notas Explicativas e na própria Demonstração do Resultado, não se encontrou em quais contas se inserem essas provisões.

#### 4.2. Passivo Contingente

Outro tópico relativo às contingências refere-se aos passivos contingentes e a sua não evidenciação em balanços, sendo esta somente em notas explicativas em virtude do seu caráter de possível realização.

Desta forma, a Tabela 2 demonstra quantas empresas apresentaram, em suas notas explicativas, a existência de uma contingência de provável realização.

Tabela 2 - Quantidade de empresas que evidenciam Passivos Contingentes

Tem Passivo Contingente?	Quantidade
Sim	12
Não	1
<b>Total</b>	<b>13</b>

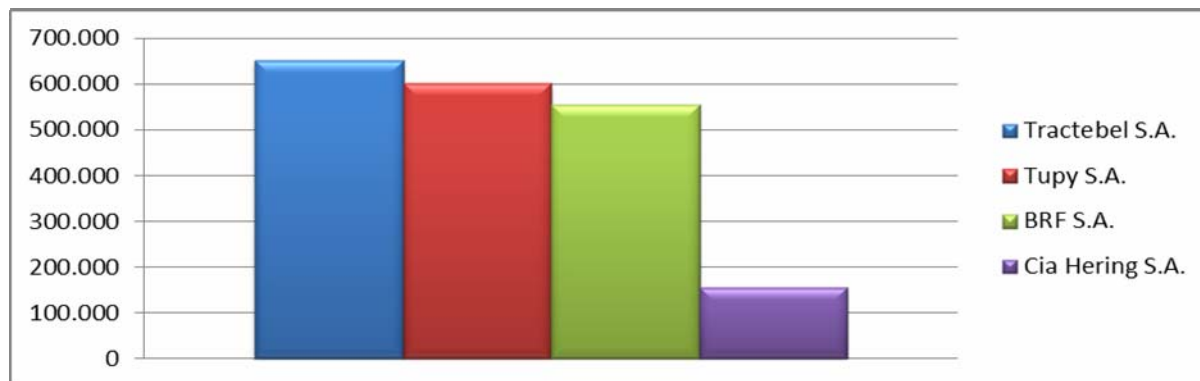
Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Conforme a Tabela 2, apenas uma empresa – Electro Aço S.A. – não evidenciou em notas explicativas, passivos contingentes, o que induz a pensar que a não evidenciação é por conta da não existência deste para a empresa. Por outro lado, as outras 12 empresas apresentaram algum tipo de passivo contingente, demonstrando certa preocupação de indicar aos usuários da informação que,

futuramente, a empresa responda por litígios que hoje são possíveis de realização e não de provável, bem como, podem ter sentença favorável à entidade, não tornando obrigatório seu desembolso.

A respeito de valores, estão apresentados no Gráfico 4.

*Gráfico 4 - Maiores valores de Passivos Contingentes*



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

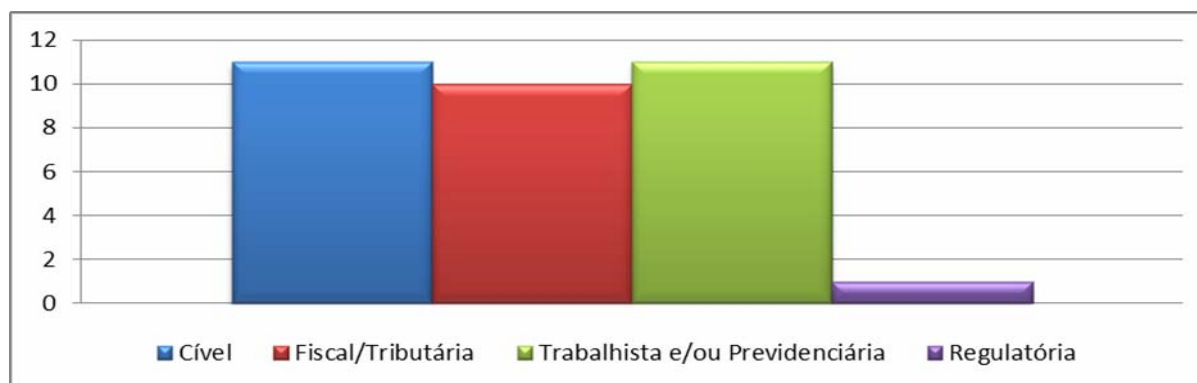
O Gráfico 4 demonstra as quatro empresas que evidenciaram, em suas notas explicativas, os maiores valores relativos a passivos contingentes. Juntas, estas entidades representam aproximadamente 88% do total de destas contingências que foram explanadas pelas 12 empresas que apresentaram passivo contingente. A Tractebel S.A., responsável por 29% dos passivos contingentes, relaciona diversas causas para este valor que ultrapassou os R\$ 600 milhões, dentre elas questões meramente fiscais/tributárias. Além disso, a empresa classifica seus passivos em riscos possíveis e remotos.

A Tupy S.A., representa com 27% os passivos contingentes, relatando diversas causas para a sua menção em notas, sendo sua maioria relativa a questões fiscais/tributárias, bem como outros assuntos de natureza trabalhista/previdenciária e cíveis. A BRF S.A., responsável por 24% dos passivos desta natureza, descreve diversas causas para a sua menção em notas explicativas, considerando fatores relativos a combinações de negócios, bem como de natureza tributária, trabalhistas e cíveis. Cita também que existem outras contingências, a qual não descreve as questões envolvidas.

Apesar de estar inclusa no gráfico, a Cia Hering S.A. tem provisões bem menores que as outras três empresas citadas e representa 7% do total dos passivos. Segundo suas notas, representam valores relativos a questões tributárias, trabalhistas e cíveis. As outras oito entidades representam 12% do total de passivos contingentes discriminados em notas explicativas.

No que se refere ao local de evidênciação, todas as empresas citam a respeito dos passivos contingentes em notas explicativas, no entanto, a BRF S.A. apresenta em seu balanço patrimonial a conta Passivos Contingentes no seu Passivo Não Circulante. A empresa cita que são passivos com perdas possíveis, sendo assim, não deveriam estar discriminados neste balanço. Estes valores estão divididos em quatro classes de passivos contingentes, como apresenta o Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 - Classificação dos Passivos Contingentes



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Ao todo foram identificados 33 passivos contingentes e que estão classificados nestas quatro classes, sendo que as de natureza cível e trabalhista e/ou previdenciárias contribuem com 11 passivos cada, enquanto a fiscal/tributária com 10. E o único passivo contingente de natureza regulatória é apresentado pela CELESC S.A.

Se comparado às classificações das provisões e dos passivos contingentes, percebe-se que este último só não apresenta outros passivos contingentes, que consta nas provisões para contingências. Além disso, outra diferença entre os dois tipos é que as provisões estão evidenciadas em maior número, um total de 36 enquanto os passivos aparecem 33 vezes. Quanto à dispersão, não varia muito em quantidades nos dois tipos. Estas características mostram que as contingências passivas apresentam certa relação entre si, pois os números e tipos não demonstram ampla dispersão se analisadas em conjunto.

#### 4.3. Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A aderência aos pronunciamentos contábeis por parte das empresas é um aspecto que tem sido observado por vários estudiosos da área desde o início do período de adoção dos referidos pronunciamentos (Farias, 2006; Fonteles, Do Nascimento, Ponte & Rebouças, 2013; Suave, Codesso, Pinto & Lunkes, 2013; Da Silva, Carraro & Da Silva, 2014). Os pronunciamentos orientam as empresas em suas práticas contábeis e, por conseguinte, devem ser adotados. Através do *check-list* elaborado com os itens que tratam de divulgação do CPC 25 – apresentado no Quadro 3, tópico 3 - que aborda as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, obtiveram-se algumas conclusões pertinentes ao assunto. Os itens de divulgação verificados foram os itens 84, 85 e 86, no qual os itens 84 e 85 referem-se às provisões enquanto que o item 86 faz orientação quanto aos passivos contingentes.

Com relação ao item 84, que se refere à divulgação das informações relacionadas às provisões, os resultados das verificações quanto à aderência por parte das empresas está sintetizado no Quadro 6.

Quadro 6 - Síntese do atendimento ao item 84

Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar:	
(a) o valor contábil no início e no fim do período;	13 A
(b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	12 A, 1 NA
(c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	13 A
(d) valores não utilizados revertidos durante o período;	9 A, 4 NA
(e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;	7 A, 6 NA

Fonte: Elaborados pelos autores com base no CPC 25 (2014).

Através do Quadro 6 se pode observar que nem todas as empresas seguem todos os requisitos de divulgação mencionados no item 84. A orientação “a” é umas das mais evidenciadas pelas empresas analisadas, uma vez que todas as empresas mostram o valor contábil, para cada classe de suas provisões, no início e no fim do período. A apresentação das provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento das provisões existentes, também é uma orientação de grande aderência pelas empresas, já que apenas 1 das 13 empresas analisadas não dá indicativos relacionados às adições das provisões. A orientação “c” também é uma orientação no qual se tem um apropriado atendimento, ou seja, todas as empresas evidenciam os valores que foram utilizados durante o período.

Quanto aos valores não utilizados revertidos durante o período, mencionado no item “d”, 9 empresas evidenciaram os valores revertidos e 4 não apresentaram valores de reversão e, um dos motivos para não evidenciação pode estar atrelado ao fato de as reversões não condizerem com a realidade da empresa. Por fim, o item “e” que trata da atualização das provisões relacionadas à passagem do tempo, é uma orientação que está evidente nas notas explicativas de apenas 7 empresas, sendo que as demais não apresentam tal variável.

Com relação ao item 85, que se refere à divulgação das informações relacionadas às provisões, os resultados das verificações quanto à aderência por parte das empresas está sintetizado no Quadro 7.

*Quadro 7 - Síntese do atendimento ao item 85*

<b>A entidade deve divulgar, para cada classe de provisão:</b>	
a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	2 NA, 11 P
(b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas;	8 A, 4 NA, 1 P
(c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado;	13 NM

Fonte: Elaborados pelos autores com base no CPC 25 (2014).

Com base no Quadro 7 se pode inferir que é um item no qual não tem aderência total por parte de todas as empresas analisadas, uma vez que algumas empresas deixam de fornecer informações pertinentes a algumas orientações. O item “a”, que se refere à evidenciação da breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, não é apresentado por 2 empresas e é parcialmente atendido por 11 empresas, uma vez que, na maioria deles, há ausência de informações referentes ao cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.

Quanto ao o valor de qualquer reembolso esperado em todas as empresas analisadas não se encontrou menção no que concerne a este assunto, supostamente justifica-se então, por não haver reembolso esperado pelas empresas relacionado às contingências passivas.

O Quadro 8 sintetiza as orientações do CPC 25 quanto às informações para divulgação dos passivos contingentes, tratados no item 86, bem como a síntese da aderência por parte das empresas verificadas, conforme apresentado.

*Quadro 8 - Síntese do atendimento ao item 86.*

A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:	4 A, 8 NA, 1 NSA
(a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;	12 A, 1 NSA
(b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída;	1 A, 11 NA, 1 NSA
(c) a possibilidade de qualquer reembolso;	12 NM, 1 NSA

Fonte: Elaborados pelos autores com base no CPC 25 (2014).

O item 86, que relata a obrigatoriedade de breve divulgação da descrição da natureza do passivo contingente para cada classe desses passivos, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, é observado adequadamente por 4 empresas, não é atendido por 8 empresas, uma vez que não apresentam a breve descrição de seus passivos contingentes, e para 1 empresa o item não se aplica em função da empresa não possuir passivos contingentes.

Quanto à estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes, relatada no item “a”, todas as empresas que possuem passivos contingentes apresentaram os efeitos financeiros exibindo os valores estimados que representem os passivos contingentes. No que se refere à indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída, tratada no item “b” apenas uma empresa relatou sobre a indicação da incerteza relacionada ao valor da saída alegando que os valores dos passivos contingentes foram estimados. Nesse sentido não se pode inferir que as demais empresas não observam esse item, pois, como são passivos contingentes e não existe uma obrigação formalizada, as estimativas são feitas, mas se consideram para fins de verificação do atendimento se as empresas esclarecem que os valores apresentados são estimados e, para as empresas verificadas, na maioria dos casos tal menção se refere apenas as provisões.

Quanto à possibilidade de qualquer reembolso decorrente dos passivos contingentes todas as empresas observadas, que possuem passivos contingentes, não mencionaram sobre o assunto e, portanto, se pode concluir que não existe possibilidade de reembolsos decorrentes dessas contingências passivas, tornando-se desnecessário divulgar a informação de que não haja tal possibilidade.

Por fim, por meio das verificações realizadas, é possível relatar que, embora existam informações deficientes que não permitam aos usuários conhecer detalhadamente as provisões e passivos contingentes das empresas, no geral as empresas fornecem subsídios suficientes para obter noção da magnitude e representatividade dessas contingências.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As contingências são inerentes ao exercício da atividade econômica de uma empresa, que têm diversas justificativas. Atualmente, em função das Normas Internacionais de Contabilidade, as contingências passaram a ter um peso relevante. A subjetividade envolvida no julgamento da probabilidade de ocorrência de tais contingências e a necessidade de desembolso permite certo viés na mensuração e evidenciação. Observar como as empresas tem exposto tal tema às partes interessadas foi o foco deste estudo.

Neste estudo foram analisadas 13 companhias catarinenses listadas na BM&FBovespa, por meio de seus demonstrativos financeiros e notas explicativas. No que tange as provisões para



contingências, constituídas quando da probabilidade de ocorrência “provável”, as 13 empresas abrangidas no estudo demonstraram algum tipo em seus demonstrativos. Foram encontradas 36 provisões distribuídas em seis classificações, como por exemplo, tributárias/fiscais e trabalhistas e previdenciárias, que demandam alto valor.

É importante salientar que, em virtude da alta probabilidade de desembolso (mediante a opinião de juristas especializados nos diversos tipos de causa, bem como de sentenças anteriores), esta provisão evita que tanto gestores, quanto acionistas sejam surpreendidos com uma sentença desfavorável para a empresa. Da mesma forma, quando as empresas citam os passivos contingentes em suas notas, espera-se alertar as partes interessadas que, futuramente, a empresa possa necessitar constituir novas provisões, em virtude do provável desembolso.

Destaca-se também a evidenciação do grupo Passivo Contingente pela companhia BRF S.A. em seu balanço patrimonial, que consta na conta “Provisões” no passivo não circulante da empresa, quando o correto é expor em notas explicativas. Ressalta-se, portanto, que as demais empresas que apresentaram passivos contingentes, mencionaram apenas em notas explicativas e que uma única companhia não os apresenta.

No que se refere à análise do atendimento das empresas ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, merece destaque os requisitos “a” – “o valor contábil no início e no fim do período” e “c” – “valores utilizados durante o período”, do item 84, uma vez que foram as únicas orientações que apresentadas por todas as empresas.

Nesse sentido, vale destacar que, do item 85, a orientação “c” que menciona que as empresas devem divulgar “o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado”, não se encontrou nada relacionado a tal assunto nas Notas Explicativas, o que resultou na conclusão de “não evidenciação”. No entanto, não se pode concluir que as empresas não atendem ao CPC neste aspecto, pois, pode realmente não haver esperança quanto aos reembolsos e, portanto, não há necessidade de relato.

De modo geral, se pode inferir que o CPC 25 é substancialmente observado pelas empresas analisadas e, embora não sejam divulgadas todas as informações, através dos subsídios que fornecidos pelas empresas é possível se ter conhecimento básico a respeito das contingências passivas, como a proporção e representatividade, e a situação que a empresa se encontra nesse sentido. Assim, os usuários das Demonstrações das empresas analisadas tem auxílio para concluir e situar a empresa com relação às provisões e passivos contingentes.

Esses resultados são parcialmente consistentes com os achados dos estudos de Farias (2006); Oliveira (2007); Caetano, Silva, Biesdorf & Leal (2010); Fonteles, Do Nascimento, Ponte & Rebouças (2013); Suave, Codesso, Pinto, Vicente & Lunkes (2013); Da Silva, Carraro & Da Silva (2014); Marques (2015), que também encontraram deficiências quanto a aderência do pronunciamento pertinente.

Vê-se então que o objetivo deste estudo foi atingido, uma vez que fora possível encontrar diferentes tipos de passivos contingentes, bem como provisões para contingências. Além disso, pode ser analisada a forma como as empresas vêm destacando em demonstrações os aspectos concernentes a esse tema. Conclui-se então, que o tema merece maior acompanhamento, principalmente no que concernem as exigências dos pronunciamentos de contabilidade e a respeito dos procedimentos adotados pelas empresas.

## REFERÊNCIAS

- AMANHÃ (2013): *Gestão, Economia e Negócios* nº 298, set. 2013. Bimestral.
- BRASIL (1976): Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as Sociedades por Ações*. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404\\_1976.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- CAETANO, T.P.; SILVA, T.; BIESDORF, S.; LEAL, E. (2010): Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In *Congresso USP de Controladoria e contabilidade* (Vol. 10).
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. da (2007): *Metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2009): Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304\\_CPC\\_25.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2014.
- \_\_\_\_\_ (2009): Resolução CFC nº 1.185, de 15 de setembro de 2009. Aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2009/001185](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2009/001185)>. Acesso em: 23 jun. 2014.
- DA COSTA, E.B. (2013): *Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: Uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras*. Dissertação –(Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina.
- DA SILVA, T.S.; CARRARO, W.B.W.H.; DA SILVA, L.M. (2014): Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. *Contexto*. Porto Alegre, 14 (27), 89-103.
- FARIAS, M.R.S. (2006): Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: Um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In *VI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo.
- FONTELES, I.V.; DO NASCIMENTO, C.P.S.; PONTE, V.M.R.P.; REBOUÇAS, S.M.D.P.R. (2013): Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão Organizacional*, 6 (4), 85-98.
- HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. (1999): *Teoria da contabilidade*. São Paulo, SP: Atlas. Press.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. (2010): *Manual de contabilidade das sociedades por ações: (aplicável à toda as sociedades): de acordo às normas internacionais e do CPC*. (1st ed.). São Paulo, SP: Atlas. Press.
- JENSEN, M.C.; MECKLING, W.H. (1976): Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360.
- KIESO, D.E.; WEYGANDT, J.J.; WARFIELD, T.D. (2012): *Intermediate accounting: Team for success*. John Wiley & Sons.
- LINSMEIER, T.J.; BOATSMAN, J.R. (1998): Response to IAS Exposure Draft, Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. *Accounting Horizons*, 12 (2), 192-200.
- MARION, J.C. (2009): *Contabilidade empresarial*. (15th ed.). Rev. Atual. e Modernizada. São Paulo, SP: Atlas.
- MARQUES, C.I.C. (2015): *Provisões e contingências: Análise das divulgações das entidades do PSI 20*. Tese. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/28521>>.
- OLIVEIRA, J. (2007): Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: O caso português. *Contabilidade e Gestão*, 4, 19-6.
- PRADO, F.J. (2014): Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

ROSS, S.A. (1977): The determination of financial structure: the incentive-signalling approach. *The Bell Journal of Economics*, 8 (1), 23-40.

SUAVE, R.; CODESSO, M.M.; PINTO, H.M.; VICENTE, E.F.R.; LUNKES, R.J.: Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEBE*, 1 (11), 1-17.



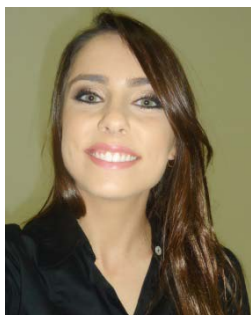
### **Anastácia Rosa Portella**

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 2014. Atualmente mestranda em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Contabilidade e Controladoria - NECC. Atuando principalmente nos temas: Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade.



### **Monique Cristiane de Oliveira**

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Contabilidade e Controladoria - NECC. Atuando principalmente nos temas: Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade.



### **Thayse Moraes Elias**

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Pesquisa Científica – PIBIC. Pesquisadora no Grupo de Gestão de Custos - GGC. Atuando principalmente nos temas: Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial, com enfoque no Comportamento dos Custos.



**Joisse Antonio Lorandi**

Doutor em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UFSC, Mestre em Ciências Contábeis pela FGV - RJ, graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área das Ciências Contábeis, com ênfase em Contabilidade Gerencial, atuando principalmente nos seguintes temas: Custos, Custos Logísticos, Controles internos e da Cadeia de Suprimentos, Controladoria, Controle Gerencial, Teoria da Contabilidade.